

22/10/2009

TRIBUNAL PLENO

EXTRADIÇÃO 1.126 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
REQTE. (S) : GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA
ALEMANHA
EXTDO. (A/S) : MANFRED WILL
ADV. (A/S) : EVA INGRID REICHEL BISCHOFF

EMENTA: Extradição. República Federal da Alemanha. Pedido formulado com promessa de reciprocidade. Condições de admissibilidade. Observância. Presença da dupla tipicidade. Inocorrência de extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Preenchimento dos requisitos formais. Negativa de autoria. Incidência dos arts. 89 e 90 c/c art. 67 da Lei nº 6.815/1980. Aplicação da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, promulgada pelo Brasil mediante o Decreto nº 5.015/04. Competência reconhecida ao Estado requerente. Preliminar rejeitada. Precedentes. Extraditando condenado no Brasil pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes. Cumprimento integral da pena imposta. Ausência de óbice. Deferimento da extradicação. Precedentes da Suprema Corte.

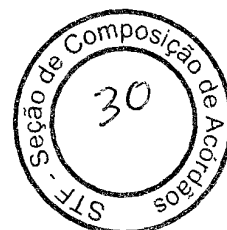
O pedido de extradicação foi formalizado nos autos, com mandado de prisão que indica com suficiente precisão o local, a data, a natureza e as circunstâncias dos fatos delituosos atribuídos ao extraditando, transcrevendo os dispositivos legais da ordem jurídica alemã pertinentes ao caso. Observados os requisitos do art. 77 da Lei nº 6.815/80.

Infere-se, dos documentos apresentados junto às Notas Verbais, que os crimes imputados ao extraditando atendem o requisito da dupla tipicidade e correspondem, no Brasil, aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e de associação para o tráfico, previstos, respectivamente, nos artigos 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, satisfazendo, assim, ao requisito da dupla tipicidade, previsto no art. 77, inc. II, da Lei nº 6.815/80.

A extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva não ocorreu nem à luz da legislação alemã, nem da brasileira.

Todos os requisitos exigidos pelo art. 80 e parágrafos da Lei 6.815/1980 foram integralmente preenchidos.

Não cabe, em processo de extradicação, o exame do mérito da pretensão penal deduzida em juízo no país solicitante, razão por que alegações concernentes à matéria de defesa própria da



Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

ação penal, tal como a negativa de autoria, não elidem o deferimento do pedido. Precedentes.

O Estado requerente tem competência para processar e julgar extraditando, por crime de tráfico internacional de substâncias entorpecentes, na hipótese de a infração ter sido cometida por um de seus cidadãos.

A pena imposta ao extraditando pela Justiça Federal de São Paulo, pela prática do crime de tráfico de entorpecentes, foi integralmente cumprida, não subsistindo óbice para a execução imediata da presente extradição.

O tempo de prisão do extraditando no Brasil, por força do presente pedido, deve ser contabilizado para efeito de detração, na eventualidade de condenação na Alemanha.

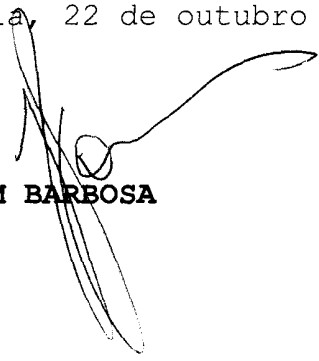
A extradição só será executada após a conclusão de outro processo a que o extraditando eventualmente responde no Brasil, ou após o cumprimento da pena aplicada, podendo, no entanto, o Presidente da República dispor em contrário, nos termos do art. 67 da Lei nº 6.815/80.

Pedido de extradição deferido com as ressalvas indicadas.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, em deferir o pedido de extradição.

Brasília, 22 de outubro de 2009.



JOAQUIM BARBOSA

-

Relator

22/10/2009

TRIBUNAL PLENO

EXTRADIÇÃO 1.126 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

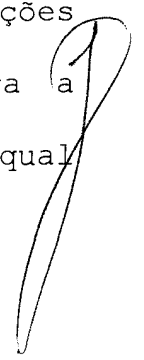
RELATOR : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**
REQTE. (S) : GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA
ALEMANHA
EXTDO. (A/S) : MANFRED WILL
ADV. (A/S) : EVA INGRID REICHEL BISCHOFF

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): Trata-se de pedido de extradição, formulado pelo Governo da República Federal da Alemanha, por via diplomática, com base em promessa de reciprocidade de tratamento para casos análogos, na forma prevista na parte final do art. 76 da Lei nº 6.815/80, no qual se requer a entrega do nacional alemão MANFRED WILL, conforme Nota Verbal RK5E Manfred Will/240/2008 (fls. 04-06), encaminhada para esta Corte através do Aviso nº 0690-MJ (fl. 02), lavrado pelo Ministro de Estado de Justiça.

O presente pedido de extradição instrutória, inicialmente da relatoria do Min. Menezes Direito, foi a mim redistribuída no dia 18.09.2009, conforme determinação constante da Portaria nº 174, de 03 de setembro de 2009.

Este feito guarda estreita relação com as Extradições 1127 e 1128, nas quais foram apreciados os pedidos para a entrega de outros integrantes do mesmo grupo criminoso do qual



Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

faria parte o extraditando Manfred Will. Nos aludidos pleitos, ambos da relatoria do Min. Menezes Direito, esta Corte deferiu os pedidos de extradição formulados.

Consta dos autos que foi decretada a prisão do extraditando pelo Juízo de Instrução do Tribunal da Comarca de Görlitz, na República Federal da Alemanha, em 20.12.2007, em decorrência de suposto tráfico ilícito de drogas entre países da América do Sul e da União Européia (fls. 07-09).

Segundo consta do mandado de prisão, as condutas delitivas do extraditando consistiram em, *in verbis*:

"Numa data que já não se pode determinar exactamente, em todo caso antes do dia 25-03-2007, o arguido juntou-se com o co-arguido Manfred Will, com Irena Cieslak, Mandy Veit, Elke Veit, Idris, Thomas Kamp, que são perseguidos em processos separados, e com um chamado 'Raymond' para cometer desde aquele momento, de maneira sistemática e sob divisão do trabalho, vários actos ainda não concretamente determinados de levar quantidades não insignificantes de cocaína por avião desde América do Sul, especialmente Peru e Brasil, para a União Européia, com o objetivo de vendê-la posteriormente ganhando lucros.

O arguido, o co-arguido Manfred Will, assim como Irena Cieslak, Mandy Veit, Elke Veit e Marco Veit, que são perseguidos em processos separados, eram directamente responsáveis do transporte da cocaína desde América do Sul para Europa, enquanto os outros perseguidos em processos separados, Idris e Kamp, tinham que organizar cada vez as viagens dos correios de drogas. O 'Raymond' tinha que entregar cada vez, na América do Sul, as quantidades de cocaína a contrabandear aos correios de cocaína.

Executando o acordo concluído no bando, e depois da detenção do Marco Veit, que é perseguido num

Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

processo separado, no aeroporto de Lima (Peru) no dia 17-04-2007 nos limites de um transporte previsto por correio, passaram os seguintes actos:

1. O arguido e a Irena Cieslak, que é perseguida num processo separado, viajaram a Natal (Brasil) no dia 26-04-2007 ou 27-04-2007, como foi combinado no bando. Ali receberam de 'Raymond' quatro kilogramas de cocaína de uma qualidade mediana com os quais voltaram do Brasil num avião no dia 14-05-2007 chegando a Amsterdão (Países Baixos) onde a cocaína foi entregue ao co-arguido Idris para ser vendido posteriormente ganhando lucros.

O arguido e a Irena Cieslak, que é perseguida num processo separado, receberam, cada um, um salário de correio de 4.000,--euros.

2. Além disso, no dia 04-06-2007, o arguido e o co-arguido Manfred Will viajaram, como foi combinado no bando, com escala em Natal (Brasil) a São Paulo (Brasil), onde receberam outra vez de 'Raymond' quatro kilogramas de cocaína de uma qualidade mediana com os quais o arguido e o co-arguido Manfred Will voltaram do Brasil num avião no dia 11-06-2007 chegando a Paris (França). De ali foram com a cocaína para Roterdão (Países Baixos) onde a mesma foi entregue a Idris para ser vendido posteriormente ganhando lucros.

O arguido e o co-arguido Manfred Will receberam, cada um, um salário de correio de 6.000,--euros.

3. Além disso, no dia 20-07-2007, o arguido e o co-arguido Manfred Will viajaram, como foi combinado no bando, a São Paulo (Brasil), onde receberam de novo de 'Raymond' quatro kilogramas de cocaína de uma qualidade mediana. Com a quantidade de cocaína mencionada, o arguido e o co-arguido Manfred Will voltaram num avião (número do voo JJ8096, São Paulo - Paris) no dia 02-08-2007 às 15.20 horas para França e depois levaram a cocaína a Haia (Países Baixos).

O arguido e o co-arguido Manfred Will receberam os salários de correio combinados no total de 12.000,--euros no dia 16-08-2007.

4. Finalmente, no dia 10-10-2007, o arguido e o co-arguido Manfred Will, encarregados pelo Idris, que é perseguido num processo separado, foram para a República Dominicana de onde tinham que levar quatro

Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

kilogramas de cocaína de uma qualidade mediana para os Países Baixos para que seja vendida ali ganhando lucros. Mas como o fornecimento de cocaína não teve lugar na República Dominicana, o argüido e o co-arguido Manfred Will voltaram no dia 17-10-2007 sem levar estupefacientes.

Ao arguido e ao co-arguido Manfred Will foi prometido um salário de correio de 8.000,--euros.

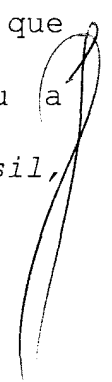
O arguido sabe que não dispõe de uma licença para transportar ou trazer consigo estupefacientes.

Por isso, o arguido é acusado, em três actos juridicamente independentes, de ter feito tráfico ilícito de estupefacientes em quantidades não insignificantes, e isto como membro de um bando formado para cometer continuamente tais delitos, punível como tráfico ilícito de estupefacientes em quantidades não insignificantes, cometido como membro de um bando organizado segundo os artigos 30a alínea 1, 29 alínea 1 fr. 1 n° 1 da lei dos narcóticos (BtMG); artigo 53 do Código Penal (StGB).

A suspeita fundada da prática de crime deduz-se do resultado das investigações feitas, particularmente do depoimento do arguido perante os agentes do departamento federal da polícia judiciária, a agente Kinder (KHKin) e o agente Tannhäuser (KOK)" (fls. 7 a 9).

A prisão preventiva para fins de extradição do nacional alemão foi decretada no dia 28.05.2008 (fls. 69-72) e efetivada em 04.06.2008 (fl. 88), estando o extraditando recolhido no Núcleo de Custódia da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo (fls. 202 e 213).

Interrogado (fls. 141-143), o extraditando afirmou que "está ciente da acusação que lhe é feita" e se recusou a "declinar os motivos das viagens que teria feito ao Brasil,



Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

declarando que se manifestará sobre tais fatos apenas perante a justiça alemã" (fl. 142).

A defesa (fls. 157-164) alega que "o processo contra o extraditando na República Federal da Alemanha foi iniciado com base em provas ilegalmente colhidas e em desrespeito à soberania nacional", sustentando, ainda, "não ter o Estado requerente comprovado a competência do Tribunal que expediu o mandado de prisão preventiva para julgar os crimes imputados ao extraditando".

O Ministério Público Federal, no parecer de fls. 179-185, manifestou-se pelo deferimento do pedido de extradição, ressaltando a hipótese do art. 89 da Lei nº 6.815/80.

O extraditando já foi condenado, pela 1ª Vara Federal de Guarulhos na ação penal nº 2007.61.19.009215-0, por tráfico de drogas, tendo, inclusive, já cumprido integralmente a pena privativa de liberdade fixada (fl. 190).

É o relatório.



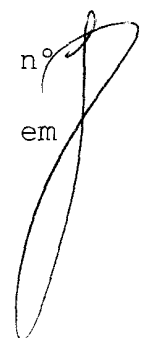
Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

V O T O**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):**

Senhor Presidente, o pedido funda-se em promessa de reciprocidade de tratamento para casos análogos, na forma prevista na parte final do art. 76 da Lei nº 6.815/80, e reúne as condições de admissibilidade exigidas por este diploma legal.

Conforme entendimento reiterado desta Corte, a inexistência de tratado de extradição firmado entre os Estados requerente e requerido não impede a formulação e o eventual atendimento do pedido extradicional, desde que o Estado requerente, como na espécie, prometa reciprocidade de tratamento ao Brasil, mediante expediente (Nota Verbal) formalmente transmitido por via diplomática. Nesse sentido, cito: Ext nº 1.090/Alemanha, Plenário, rel. min. Cármen Lúcia, DJ de 22/2/08; Ext nº 1.078/Alemanha, Plenário, rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 31/10/07; Ext nº 1.039/Alemanha, Plenário, rel. min. Celso de Mello, DJ de 23/11/07; entre outros.

O Estado requerente possui competência jurisdicional para processar e julgar os crimes imputados ao extraditando, pois a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, promulgada pelo Brasil mediante o Decreto nº 5.015/04 e internalizada pela República da Alemanha em



Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

14.06.2006, dispõe que o Estado requerente possui competência jurisdicional na hipótese de a infração ter sido cometida por um de seus cidadãos e em mais de um Estado, merecendo destaque:

"Artigo 3

Âmbito de aplicação

1. Salvo disposição em contrário, a presente Convenção é aplicável à prevenção, investigação, instrução e julgamento de:

(...)

b) Infrações graves, na acepção do Artigo 2 da presente Convenção; **sempre que tais infrações sejam de caráter transnacional e envolvam um grupo criminoso organizado;**

2. Para efeitos do parágrafo 1 do presente Artigo, a infração será de caráter transnacional se:

a) **For cometida em mais de um Estado;**

(...)

Artigo 15

Jurisdição

(...)

2. Sem prejuízo do disposto no Artigo 4 da presente Convenção, um Estado Parte poderá igualmente estabelecer a sua competência jurisdicional em relação a qualquer destas infrações, nos seguintes casos:

(...)

b) **Quando a infração for cometida por um dos seus cidadãos** ou por uma pessoa apátrida residente habitualmente no seu território".

Ademais, conforme bem salientado no parecer da Procuradoria-Geral da República, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou em caso análogo no sentido de que, no caso de prática de crime de tráfico internacional de drogas, a competência jurisdicional é internacional concorrente, na forma prevista na Convenção Única de Nova Iorque sobre

Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

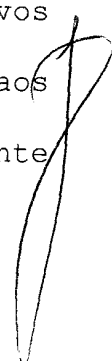
Estupefacientes, de 1961, promulgada pelo Decreto nº 54.216/64, conforme o seguinte precedente:

"EMENTA: 1. EXTRADIÇÃO. Passiva. Competência internacional concorrente. **Tráfico internacional de substâncias entorpecentes.** Tipo penal de incriminação múltipla. **Delitos cometidos em diferentes países.** Consideração como delitos autônomos e distintos. **Aplicação do art. 36, II, "a", I, da Convenção Única de Nova York, promulgada pelo Dec. nº. 54.216/64. Competência reconhecida ao Estado requerente. Preliminar rejeitada. Precedentes.**" (Ext nº 1.033, rel. min. Cezar Peluso, DJe de 08.6.2007, grifei).

Assim, considerando o caráter transnacional dos delitos e a prática dos mesmos por cidadão nacional do Estado requerente, entendo que está atendido o disposto nos artigos 77, inc. I, e 78, inc. I, ambos do Estatuto do Estrangeiro.

Consta dos autos a formalização, pela via diplomática, do pedido de extradição, acompanhada de mandado de prisão (fls. 07-09), decretada no dia 20.12.2007 pelo Juízo de Instrução do Tribunal da Comarca de Görlitz, em decorrência de suposto tráfico ilícito de drogas entre países da América do Sul e da União Européia, contendo ainda indicações suficientes sobre a identidade do extraditando, local, natureza e circunstâncias dos fatos delituosos.

O pedido fez-se acompanhar também dos dispositivos legais do direito alemão referentes aos crimes, às penas e aos prazos prescricionais (fls. 10-14 e 95-97), tudo devidamente



Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

vertido para o português, permitindo a esta Corte a correta compreensão quanto à legalidade da pretensão.

O Ministério das Relações Exteriores remeteu o pedido de extradição ao Ministério da Justiça (fl. 03), que requereu a prisão do extraditando (fl. 02).

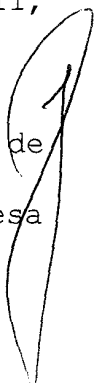
Assim, entendo estarem devidamente supridos os requisitos estabelecidos pelos artigos 80, 81 e 82 da Lei 6.815/1980.

Há que se mencionar, ainda, que o encaminhamento do pedido de extradição foi efetuado por via diplomática, fato este que confere autenticidade aos documentos apresentados, conforme dispõe o art. 80, § 1º, do Estatuto do Estrangeiro.

O pedido formulado pelo Governo da Alemanha abrange, em síntese, o delito de tráfico ilícito de drogas.

Da leitura da descrição das condutas ilícitas imputadas ao extraditando (fls. 07-09), verifico que os delitos não possuem conotação política, afastando-se, portanto, a hipótese de vedação à extradição prevista no art. 77, inc. VII, da Lei nº 6.815/80.

Superada a análise dos pressupostos de extraditabilidade, passo a analisar a matéria de defesa apresentada pelo extraditando.



Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Não merece acolhimento a alegação de nulidade do processo de extradição, pois, conforme já analisado nesse voto, o feito encontra-se regular e foi desenvolvido em conformidade com os preceitos da Lei nº 6.815/80.

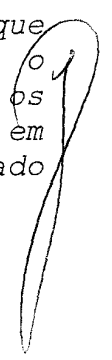
Também não merece acolhimento a alegação de que o pedido de extradição deveria "ser indeferido porque fundado em depoimento do extraditando colhido ilegalmente por agentes da Polícia Federal alemã que se fizeram, em tese, passar por agentes diplomáticos" (fls. 159-160).

Nesse ponto, destaco a elucidativa passagem do parecer do Ministério Público Federal:

"A Convenção de Viena sobre Relações Consulares, em seu art. 36, 1 (b), determina que a autoridade competente do Estado receptor, no caso, o Brasil, deverá, sem tardar, informar à repartição consular competente quando, em sua jurisdição, um estrangeiro for preso ou detido e também deverá informar imediatamente o interessado preso ou detido acerca desse direito.

Na verdade, o objetivo de tal norma é assegurar que os detidos estrangeiros recebam o apoio consular a fim de que compreendam seus direitos legais e que tenham à disposição todos os meios para preparar uma defesa adequada, tendo em vista as eventuais dificuldades oriundas da falta de conhecimento do idioma local e da natureza do procedimento criminal do Estado receptor.

Ora, compulsando os autos, verifica-se que as autoridades policiais brasileiras preservaram o direito do extraditando de comunicar-se com os agentes consulares por ocasião de sua prisão em flagrante e de constituir à sua escolha um advogado para representá-lo.



Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Desse modo, o conteúdo da norma disposta no art. 36, 1 (b) da Convenção de Viena sobre Relações Consulares não foi violado" (fls. 184-185).

Já no tocante à alegação de inobservância do art. 80 da Lei n° 6.815/80 e de incompetência do Tribunal de Görlitz para processar e julgar o extraditando, estes questionamentos já foram apreciados quando da análise dos pressupostos de extraditabilidade.


Quanto à autoria e materialidade dos delitos, entendo que estão suficientemente relatados no mandado de prisão (fls. 07-09), que alude a provas do suposto envolvimento do extraditando nos fatos que lhe são imputados.

Ademais, a constatação inequívoca da autoria dos delitos é matéria estranha a este feito, pois se refere à questão jurídico-penal que deve ser enfrentada pela jurisdição estrangeira.

É pacífico o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que não cabe, em processo de extradição, o exame do mérito da pretensão penal deduzida em juízo no país solicitante. Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

"EMENTA: EXTRADIÇÃO INSTRUTÓRIA. ACUSAÇÃO DE CRIME DE HOMICÍDIO EM OCASIÃO DE ROUBO. ALEGAÇÕES DE DEFESA NO SENTIDO DE QUE O EXTRADITANDO QUIS PRATICAR DELITO MENOS GRAVE. EXISTÊNCIA DE FILHOS NASCIDOS NO BRASIL.

Não é dado ao Supremo Tribunal Federal entrar no mérito da questão para, valorando as provas



Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

atinentes ao elemento subjetivo do tipo, concluir pela real intenção do agente quando da prática do crime. Tal conduta, absolutamente incompatível com o juízo de cognoscibilidade estrita que rege as ações extradicionais (§ 1º do art. 85 da Lei 6.815/80), atenta contra a própria soberania do Estado requerente, pois permite que um país reavalie fatos ocorridos no estrangeiro, em ordem a reformar a própria acusação ali apresentada. Precedentes (EXTs 853, 866, 897, 936 e 947). (...)

Pedido deferido." (Ext 972, rel. min. Carlos Britto, DJ 11.11.2005)

Ultrapassada a análise das teses defensivas, passo à verificação dos delitos imputados ao extraditando, principalmente sob a ótica do princípio da dupla tipicidade.

No tocante à imputação da prática de "tráfico ilícito de estupefacientes em quantidades não insignificantes, e isto como membro de um bando formado para cometer continuamente tais delitos" (fl. 09), entendo que essas condutas correspondem aos crimes previstos nos arts. 33 e 35, com a causa de aumento prevista no art. 40, inc. I, todos da Lei nº 11.343/2006.

Extraí-se da descrição das condutas típicas praticadas pelo extraditando (fls. 07-09), conforme narrei de forma sintética no relatório, que o extraditando Manfred Will juntou-se com "Irena Cieslak, Mandy Veit, Ellke Veit, Idris, Thomas Kamp, que são perseguidos em processos separados, e com um chamado 'Raymond', para cometer desde aquele momento [25.03.2007], de maneira sistemática e sob divisão do trabalho,

Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

vários actos ainda não concretamente determinados de levar quantidades não insignificantes de cocaína por avião desde América do Sul, especialmente Peru e Brasil, para a União Européia, com o objetivo de vendê-la posteriormente ganhando lucros".

Assim, parece-me indubitável que as imputações feitas ao extraditando encontram correspondência no ordenamento jurídico pátrio com os delitos previstos nos arts. 33, 35 e 40, inc. I, todos da Lei nº 11.343/2006, uma vez que houve o transporte (art. 33 da Lei nº 11.343/06) transnacional (art. 40, I, da Lei nº 11.343/06) de drogas por pessoas associadas para tal fim (art. 35 da Lei nº 11.343/06).

Feitas estas considerações, entendo estar satisfeito o requisito da dupla tipicidade em relação às imputações de tráfico transnacional de drogas.

Prosseguindo, passo à análise da eventual ocorrência de prescrição da pretensão punitiva dos crimes imputados.

Nos termos da legislação penal alemã, a pena máxima prevista para os delitos imputados excedem a 10 (dez) anos de prisão (fls. 10-12), o que corresponde ao prazo prescricional de 20 (vinte) anos (fl. 91).

Importante ressaltar que o próprio Estado requerente informou que a prescrição é interrompida pela ordem de prisão.

Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Dessa forma, consoante a legislação do Estado requerente, os delitos imputados não estão prescritos, considerando o lapso prescricional de 20 anos e ante a ocorrência de causa interruptiva no dia 20.12.2007, quando da decretação da prisão do extraditando.

Já em conformidade com a legislação penal brasileira, os delitos equivalentes aos imputados possuem penas máximas de 15 (quinze) anos (art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06) e de 10 (dez) anos (art. 35, *caput*, da Lei 11.343/06). Conseqüentemente, os prazos prescricionais são de 20 (vinte) e 12 (dose) anos, respectivamente.

Assim, considerando que os supostos delitos ocorreram entre os meses de março e outubro do ano 2007, concluo que a prescrição somente se consumará nos anos de 2027 e 2019.

Assim, o requisito da dupla possibilidade de punição se verifica nas imputações feitas ao extraditando.

Importa destacar que não há que se falar no óbice do art. 89 da Lei nº 6.815/80, uma vez o extraditando já cumpriu integralmente a pena privativa de liberdade fixada pela 1ª Vara Federal de Guarulhos na ação penal nº 2007.61.19.009215-0 (fl. 190).

Do exposto, E CONSIDERANDO QUE O Estado requerente consignou promessa de reciprocidade e assumiu os compromissos

Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

previstos no art. 91 da Lei nº 6.815/80, **defiro o pedido de extradição de MANFRED WILL.**

Ressalvo que deverá ser efetuada a **detração** do tempo de prisão ao qual o extraditando foi submetido no Brasil por força deste pedido de extradição.

Saliento, ainda, que por força do art. 89 do Estatuto do Estrangeiro, **a extradição somente será executada após a conclusão de eventual outro processo a que responde o extraditando no Brasil, ou o cumprimento da pena eventualmente aplicada, com a ressalva do disposto no artigo 67 da Lei 6.815/80.**

É como voto.



22/10/2009

TRIBUNAL PLENO

EXTRADIÇÃO 1.126 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHAV O T O

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, eu acompanho o Relator.

Apenas gostaria de colocar uma questão. Quando Vossa Excelência, ao final, relativamente à eventual condenação no Brasil, faz a remissão ao artigo 89, isso fica a critério do Presidente?

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - É, mas, na eventualidade de haver uma outra condenação que não aquela. Aquela, ele já cumpriu.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Eu acompanho o Relator, Excelência.

Obs.: Texto sem revisão da Exma. Sra. Ministra Cármem Lúcia. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

22/10/2009

TRIBUNAL PLENO

EXTRADIÇÃO 1.126 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHAV O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: A Convenção de Viena sobre Relações Consulares, assinada pelo Brasil em 24/04/1963 e incorporada ao nosso sistema de direito positivo interno mediante promulgação executiva em 26/06/1967 (Decreto presidencial nº 61078/67), ao dispor sobre a comunicação dos agentes consulares com os respectivos nacionais, estabelece, em seu Artigo 36, que constitui norma cogente vocacionada a facilitar o exercício das funções consulares, o que se segue:

"Artigo 36Comunicação com os nacionais do estado que envia

1. A fim de facilitar o exercício das funções consulares relativas aos nacionais do Estado que envia:

a) os funcionários consulares terão liberdade de se comunicar com os nacionais do Estado que envia e visitá-los. Os nacionais do Estado que envia terão a mesma liberdade de se comunicarem com os funcionários consulares e de visitá-los;

b) se o interessado lhes solicitar, as autoridades competentes do Estado receptor deverão, sem tardar, informar a repartição consular competente quando, em sua jurisdição, um nacional do Estado que



Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

envia for preso, encarcerado, posto em prisão preventiva ou detido de qualquer outra maneira. Qualquer comunicação endereçada à repartição consular pela pessoa detida, encarcerada ou presa preventivamente deve igualmente ser transmitida sem tardar pelas referidas autoridades. Estas deverão imediatamente informar o interessado de seus direitos nos termos dos presentes subparágrafos;

c) os funcionários consulares terão direito de visitar o nacional do Estado que envia, que esteja detido, encarcerado ou preso preventivamente, conversar e corresponder-se com ele, e providenciar sua defesa perante os tribunais. Terão igualmente o direito de visitar qualquer nacional do Estado que envia encarcerado, preso ou detido em sua jurisdição em virtude de execução de uma sentença. Todavia, os funcionários consulares deverão abster-se de intervir em favor de um nacional encarcerado, preso ou detido preventivamente, sempre que o interessado a isso se opuser expressamente.

2. As prerrogativas a que se refere o parágrafo 1º do presente artigo serão exercidas de acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor, devendo, contudo, entender-se que tais leis e regulamentos não poderão impedir o pleno efeito dos direitos reconhecidos pelo presente artigo." (grifei)

Vê-se, portanto, que, no plano das relações consulares existentes entre o "État d'envoi" (Estado que envia) e o "État d'accueil" (Estado de acolhimento ou receptor), instauram-se vínculos jurídicos, fundados em base convencional, que impõem recíprocas prerrogativas e obrigações, como a de que ora se cuida.

Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

A notificação consular em questão, tal como delineada no Artigo 36 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, revela-se ato bifronte, pois se mostra impregnado, quanto aos seus destinatários, de dupla subjetividade, eis que dirigido ao agente consular (que tem a liberdade de comunicar-se e de visitar os respectivos nacionais, mesmo quando presos) e ao estrangeiro sob custódia do Estado receptor (que tem o direito de solicitar às autoridades nacionais a cientificação de sua prisão à repartição consular competente, bem assim a faculdade de avistar-se com o agente consular de seu próprio país).

No contexto ora em exame, a República Federal da Alemanha qualifica-se, para efeito de aplicação da referida Convenção de Viena, como sendo o Estado que envia ("État d'envoi") e o Brasil, como o Estado que recebe ou Estado receptor ("État d'accueil").

Desejo ressaltar, Senhor Presidente, consideradas as razões que venho de expor, que as autoridades brasileiras observaram, no caso, o dever que a Convenção de Viena sobre Relações Consulares impôs, em seu Artigo 36, aos Estados que a subscreveram

Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

(como o Brasil), consistente na obrigação de comunicar a efetivação, em nosso País, aos respectivos agentes consulares, da prisão de um súdito estrangeiro.

Essa notificação consular reveste-se de grande importância, pois constitui prerrogativa jurídica, de caráter fundamental, que hoje compõe o universo conceitual dos direitos básicos da pessoa humana, para empregar feliz expressão que o Professor CANÇADO TRINDADE, quando Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, utilizou na resposta dada, aos *Estados Unidos Mexicanos*, em decorrência de solicitação formulada no contexto da Opinião Consultiva nº 16, de 1º/10/1999, que versou a questão pertinente ao direito à informação sobre a assistência consular e a sua relação com as garantias mínimas do devido processo legal.

Torna-se imprescindível que as autoridades brasileiras, na esfera de procedimentos penais instaurados em nosso País e em cujo âmbito tinha sido decretada a prisão de súditos estrangeiros, respeitem o que determina o Artigo 36 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, sob pena de a transgressão a esse dever jurídico, imposto por tratado multilateral, de âmbito global,

Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

configurar ilícito internacional e traduzir ato de ofensa à garantia do "due process of law".

O fato, Senhor Presidente, é que o estrangeiro, preso no Brasil, tem direito de ser cientificado, pelas autoridades brasileiras (policiais ou judiciárias), de que lhe assiste a faculdade de comunicar-se com o respectivo agente consular, como, ainda, dispõe da prerrogativa de ver notificado o seu próprio Consulado, "without delay", de que se acha submetido a prisão em nosso País.

Vale destacar, neste ponto, tal como assinalado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em sua resposta dada em sede de consulta (Opinião Consultiva nº 16/1999), que a cláusula "without delay" ("sem demora") inscrita no Artigo 36, 1, (b), da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, deve ser interpretada no sentido de que a notificação consular há de ser efetivada no exato momento em que se realizar a prisão do súdito estrangeiro, "e, em qualquer caso, antes que o mesmo preste a sua primeira declaração perante a autoridade competente" (grifei).

Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, então sob a Presidência do Professor CANÇADO TRINDADE, hoje Juiz da Corte Internacional de Justiça, em Haia, assim respondeu à solicitação de opinião consultiva formulada pelo México:

"OPINIÃO

141. Pelas razões expostas, a Corte, decide, por unanimidade, que é competente para emitir a presente Opinião Consultiva.

E é de opinião
por unanimidade,

1. Que o artigo 36 da Convenção de Viena sobre as Relações Consulares reconhece direitos individuais ao estrangeiro detido, entre eles o direito à informação sobre a assistência consular, aos quais correspondem deveres correlativos, por conta do Estado receptor.

por unanimidade,

2. Que o artigo 36 da Convenção de Viena sobre as Relações Consulares concerne à proteção dos direitos do nacional do Estado remetente e está integrada à normativa internacional dos direitos humanos.

por unanimidade,

3. Que a expressão 'sem demora', utilizada no artigo 36.1.b, da Convenção de Viena sobre as Relações Consulares, significa que o Estado deve cumprir com seu dever de informar ao detido sobre os direitos que lhe são reconhecidos pelo referido preceito, no momento de privá-lo da liberdade e, em todo caso, antes de prestar a sua primeira declaração perante a autoridade.

por unanimidade,

4. Que a observância dos direitos reconhecidos ao indivíduo no artigo 36, da Convenção de Viena sobre as Relações Consulares, não está subordinada aos protestos do Estado remetente.

por unanimidade,

5. Que os artigos 2º, 6º, 14 e 50, do Pacto

Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Internacional dos Direitos Civis e Políticos, **concernem à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos.**

por unanimidade,

6. Que o direito individual à informação, estabelecido no artigo 36.1.b, da Convenção de Viena sobre as Relações Consulares, **permite que tenha eficácia, nos casos concretos, o direito ao devido processo legal** mencionado no artigo 14, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; **e que este preceito estabelece garantias mínimas suscetíveis de expansão, de acordo com os outros instrumentos internacionais, como a Convenção de Viena sobre as Relações Consulares, que ampliam o horizonte da proteção dos jurisdicionados.**

por seis votos contra um,

7. Que a não-observância do direito à informação do estrangeiro detido, reconhecido no artigo 36.1.b, da Convenção de Viena sobre as Relações Consulares, **afeta as garantias do devido processo legal** e, nestas circunstâncias, a imposição da pena de morte constitui uma violação do direito a não ser 'arbitrariamente' privado da vida, **nos termos** das disposições relevantes dos tratados dos direitos humanos (v.g. Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, art. 4º; Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, art. 6º), **com as consequências jurídicas inerentes a uma violação desta natureza, ou seja, as atinentes à responsabilidade internacional** do Estado **e** ao dever de reparação.

Vencido o Juiz Jackman.

por unanimidade,

8. Que as disposições internacionais que concernem à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos, **inclusive a mencionada** no artigo 36.1.b, da Convenção de Viena sobre as Relações Consulares, **devem ser respeitadas** pelos Estados Americanos que são Partes nas respectivas convenções, **independentemente** da sua estrutura federal ou unitária. (...)." (grifei)

Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA


Cabe acentuar, ainda, Senhor Presidente, que a questão fundada no Artigo 36 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares (cuja aplicação tem sido muitas vezes desrespeitada por autoridades nacionais de diversos outros países) vem merecendo o atento exame da Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia (Casos "Ángel Breard", "LeGrand" e "Avena", v.g.), com o conseqüente reconhecimento - por parte desse organismo que é a principal instituição judiciária do sistema das Nações Unidas (JOSÉ CRETELLA NETO, "Teoria Geral das Organizações Internacionais", p. 188/189, item IV.1.6.2, 2ª ed., 2007, Saraiva; MARCELO PUPE BRAGA, "Direito Internacional Público e Privado", p. 137, item n. 7.9, 2009, Método; HILDEBRANDO ACCIOLY, GERALDO EULÁLIO DO NASCIMENTO E SILVA e PAULO BORBA CASELLA, "Manual de Direito Internacional Público", p. 401/402, item n. 3.1.1.3, 17ª ed., 2009, Saraiva, v.g.) - de que a notificação consular em referência, considerada a sua específica destinação, constitui garantia essencial e indisponível que assiste a qualquer pessoa estrangeira submetida a prisão em território sujeito à soberania de qualquer outro Estado nacional.

A essencialidade dessa notificação consular resulta do fato de permitir, desde que formalmente efetivada, que se assegure,



Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

a qualquer pessoa estrangeira que se encontre presa, a possibilidade de receber auxílio consular de seu próprio país, viabilizando-se-lhe, desse modo, o pleno exercício de todas as prerrogativas e direitos que se compreendem na cláusula constitucional do devido processo.

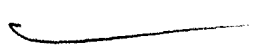
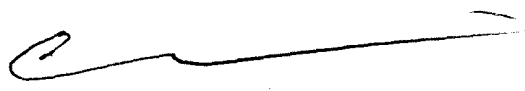


O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Como formalidade essencial.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Sim, como formalidade essencial.

Cabe-me observar, no entanto, Senhor Presidente, tal como precedentemente salientei neste meu voto, que se respeitou, na espécie, a obrigação constante do Artigo 36 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, valendo reproduzir, no ponto, por oportuno, o pronunciamento da douta Procuradoria Geral da República:

"18. A Convenção de Viena sobre Relações Consulares, em seu art. 36, 1 (b), determina que a autoridade competente do Estado receptor, no caso, o Brasil, deverá, sem tardar, informar à repartição consular competente, quando, em sua jurisdição, um



Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

estrangeiro for preso ou detido e também deverá informar, imediatamente, o interessado preso ou detido acerca desse direito.

19. Na verdade, o objetivo de tal norma é assegurar que os detidos estrangeiros recebam o apoio consular a fim de que compreendam seus direitos legais e que tenham à disposição todos os meios para preparar uma defesa adequada, tendo em vista as eventuais dificuldades oriundas da falta de conhecimento do idioma local e da natureza do procedimento criminal do Estado receptor.

20. Ora, compulsando os autos, verifica-se que as autoridades policiais brasileiras preservaram o direito do extraditando de comunicar-se com os agentes consulares por ocasião de sua prisão em flagrante e de constituir à sua escolha um advogado para representá-lo.

21. Desse modo, o conteúdo da norma disposta no art. 36, 1 (b) da Convenção de Viena sobre Relações Consulares não foi violado. (...)." (grifei)

A referência feita à exigência de notificação consular, quando efetivada a prisão de estrangeiros no Brasil, prende-se à circunstância de que se cuida de obrigação convencional que deve ser respeitada ("pacta sunt servanda") por todas as autoridades brasileiras.

Esse tema, certamente, virá ao conhecimento desta Suprema Corte, em casos nos quais seja discutida a questão de eventual transgressão, por parte de autoridades nacionais, desse dever imposto pela Convenção de Viena sobre Relações Consulares.

Ext 1.126 / REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Presidente, adiro às colocações do Ministro Celso de Mello.

Ressalto que subscrevemos a Convenção, ficando obrigados a respeitá-la. E, no caso, a assistência ao extraditando, ao preso para efeito de extradição, pelo Consulado consubstancia elemento a integrar o devido processo legal, revela-se um fator que se insere no grande todo que é a defesa.

Pela primeira vez, defronto-me com essa situação concreta e confesso que antes não havia atinado para esse dado. Muitos processos passaram pelas minhas mãos sem a observância dessa formalidade que, a meu ver, mostra-se essencial à valia do ato de constrição.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Concluindo o meu voto, Senhor Presidente, acompanho o pronunciamento do eminente Ministro JOAQUIM BARBOSA, por reconhecer presentes, no caso, todos os requisitos e pressupostos inerentes ao pedido extradicional, que defiro.

É o meu voto.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

EXTRADIÇÃO 1.126

PROCED.: REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

REQTE.(S): GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

EXTDO.(A/S): MANFRED WILL

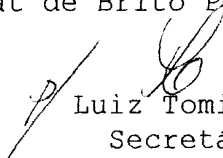
ADV.(A/S): EVA INGRID REICHEL BISCHOFF

Decisão: Retirado de pauta por indicação da Presidência. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 10.09.2009.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deferiu o pedido de extradição. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Cezar Peluso. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 22.10.2009.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Eros Grau e Cármen Lúcia.

Vice-Procuradora-Geral da República, Dra. Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira.


Luiz Tomimatsu
Secretário